



**PARECER PRÉVIO Nº 10/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 10197/2013.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Japurá.
- 4- **Responsável:** Sr. Raimundo Guedes dos Santos, Prefeito Municipal, à época.
- 5- **Exercício:** 2012.
- 6- **Advogado:** Sr. Egídio Gomes de Queiroz Neto – OAB/AM nº 7297.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI, DICOP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2364/2017 – MP- EFC– da Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas (fl. 1263/1268).
- 9- **Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Japurá. Exercício 2012.

*Emissão de Parecer Prévio recomendado a desaprovação das contas anuais.*

**10- PARECER PRÉVIO:**

**O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º da Constituição Federal, c/c o art. 127 da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constitucional nº 15/95; art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2423/1996; e art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM), e no exercício da competência atribuída pelos arts. 11, inciso II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, ressaltando as prestações de contas de convênios firmados com os Órgãos federais e estaduais, em decorrência do que preceituam, respectivamente, os arts 71, inciso VI e 40, inciso V, respectivamente, das Constituições Federal e Estadual, tendo discutido a matéria, nestes autos, e acolhido, os termos da Proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

- 10.1. Emite parecer prévio** à Câmara Municipal de Japurá recomendando, no prazo de 60 dias após publicação em Diário Oficial consoante prescreve o art. 127, § 5º, da Constituição Estadual, a **desaprovação** das Contas do **Sr. Raimundo Guedes dos Santos**, responsável pela Prefeitura Municipal de Japurá ao longo do exercício de 2012.

- 11- **Ata:** 6ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 12- **Data da Sessão:** 08 de Março de 2018.
- 13- **Especificação do quorum:** Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente em substituição), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva e Josué Cláudio de Souza Filho.
- 13.1- **Auditor presente e Relator:** Mário José de Moraes Costa Filho.



**PARECER PRÉVIO Nº 10/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**  
Conselheiro-Presidente em substituição

**MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO**  
Auditor-Relator

**JULIO CABRAL**  
Conselheiro

**JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO**  
Conselheiro

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro

**JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO**  
Conselheiro

**CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA**  
Procurador-Geral



**ACÓRDÃO Nº 10/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 10/2018 – TCE – Tribunal Pleno)**

- 1- **Processo TCE - AM nº 10197/2013.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Japurá.
- 4- **Responsável:** Sr. Raimundo Guedes dos Santos, Prefeito Municipal e Ordenador de Despesa, à época.
- 5- **Exercício:** 2012.
- 6- **Advogado:** Sr. Egídio Gomes de Queiroz Neto – OAB/AM nº 7297.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI, DICOP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2364/2017 – MP- EFC– da Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas (fl. 1263/1268).
- 9- **Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Japurá. Exercício 2012.

*Irregularidade. Multa. Consideração. Alcance. Concessão. Autorização. Determinação. Notificação. Ciência.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da Proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. Julgar Irregular** as Contas do **Sr. Raimundo Guedes dos Santos**, responsável pela Prefeitura Municipal de Japurá ao longo do exercício de 2012, em virtude das irregularidades a seguir descritas:

**10.1.1 - Contrato n.º 030/2012-PMJ:**

- Descumprimento do art. 38 da Lei n.º 8.666/93;
- Falhas no projeto básico e peças correlatas;
- Ausência de boletins de medição, diário de obras, pareceres técnicos, laudos de vistoria, portaria nomeando fiscal e termos de recebimento provisório/definitivo;



**ACÓRDÃO Nº 10/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 10/2018 – TCE – Tribunal Pleno)**

- Ausência de ART do responsável pela fiscalização do serviço e do responsável pela elaboração do projeto básico e do orçamento, descumprindo a Súmula n.º 260-TCU;
- Ausência de mapa contendo a localização dos trechos que seriam abertos e respectivas extensões;

**10.1.2 - Contrato n.º 031/2012-PMJ:**

- Ausência de processo administrativo autuado, protocolado e numerado sequencialmente nos termos do art. 38, *caput*, da Lei n.º 8.666/93;
- Ausência de justificativa evidenciando a necessidade da obra;
- Ausência de aprovação do projeto básico por autoridade competente;
- Ausência de memorial descritivo, especificações técnicas, orçamento analítico, orçamento sintético, cronograma físico-financeiro e projetos arquitetônicos;
- Descumprimento da regra prevista no art. 40, I, da Lei n.º 8.666/93;
- Incongruência na elaboração dos termos de recebimento provisório (rubricado pelas partes em 19/02/2013) e definitivo (assinado em 01/02/2013);
- Ausência de diários de obra, laudos técnicos, pareceres técnicos e portaria nomeando o responsável pela fiscalização dos serviços;
- Ausência de anotação de responsabilidade técnica inerente à fiscalização dos serviços, à elaboração do projeto básico e do orçamento;
- Ausência de justificativa técnica para modificação no padrão construtivo das unidades habitacionais, descumprindo, dessa forma, o projeto básico;

**10.1.3 - Não alimentação, no sistema ACP, do Plano Plurianual e sua não publicação em Diário Oficial e da Lei de Diretrizes Orçamentárias e sua não publicação em Diário Oficial;**

**10.1.4 Divergências detectadas nos registros referentes aos valores efetivamente arrecadado de ISS, visto que o Relatório de Notas Fiscais de Serviços registrou que o valor de ISS arrecadado foi de R\$ 217.264,99, enquanto a rubrica 4.1.1.1.3.05.00.00 ISSQN – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza apresentou como valor arrecadado R\$ 173.765,56;**



**ACÓRDÃO Nº 10/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 10/2018 – TCE – Tribunal Pleno)**

- 10.1.5** Ausência de extratos bancários de janeiro e dezembro/2012 e de movimentação contábil relacionados à C/C 0551.804-0, Ag. 3743-5, Banco Bradesco, bem como não apresentação de justificativas para ausência da referida conta na “Relação de Contas” informada na Prestação de Contas Anuais;
- 10.1.6** Ausência de relação nominal dos devedores inscritos em Dívida Ativa, com respectivo valor e motivo de inscrição e cópias das ações judiciais propostas pela Prefeitura Municipal de Japurá visando à perseguição de R\$ 12.659.377,67 a título de Dívida Ativa do Município;
- 10.1.7** Ausência de termos de parcelamento do PASEP desde o exercício de 2011 e do INSS desde o exercício de 2012;
- 10.1.8** Ausência de comprovantes de créditos bancários, demonstração contábil-financeira e demais controles relativos à extração e exploração de seixo, bem como cópias das legislações que amparam o respectivo tributo;
- 10.1.9** Irregularidades relacionadas à dívida ativa (ausência de relação nominal dos credores com respectivo valor e motivo e cópias das ações judiciais visando à perseguição do crédito);
- 10.1.10** Improriedades (ausência de valores referentes aos dispêndios com combustíveis e lubrificantes e não informação da frota de veículos capaz de justificar o elevado consumo de combustíveis) inerentes à aquisição de combustíveis;
- 10.1.11** Ausência do ato de nomeação dos integrantes do Conselho do FUNDEB, do parecer do Conselho do FUNDEB acerca das contas do exercício de 2012 e das atas de reunião do Conselho Municipal do FUNDEB (janeiro a dezembro de 2012);
- 10.1.12** Não apresentação do Relatório Anual de Gestão do Conselho Municipal de Saúde à Comissão de Inspeção;
- 10.1.13** Repasse a menor do duodécimo a que tem direito a Câmara Municipal de Japurá, bem como remessa intempestiva descumprindo, dessa forma, o que determina o art. 168 da Constituição Federal;
- 10.1.14** Encaminhamento intempestivo do relatório resumido da execução orçamentária (1º ao 4º bimestre);
- 10.1.15** Não informação das metas bimestrais de arrecadação ao GEFIS;
- 10.1.16** Ausência de lei criando a Procuradoria Jurídica da Prefeitura Municipal de Japurá com rol de Procuradores e natureza do vínculo laboral;



**ACÓRDÃO Nº 10/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 10/2018 – TCE – Tribunal Pleno)**

- 10.1.17** A Prefeitura Municipal de Japurá não vem emitindo termo contratual pelo fornecimento de energia elétrica e nem vem informando no Sistema de Auditoria de Contas Públicas a existência do termo, por se tratar de serviço de caráter continuado com entrega parcelada do objeto, cujo valor corresponde às modalidades Tomada de Preços ou Concorrência (art. 62 da Lei nº 8.666/93);
- 10.1.18** Ausência de justificativa para o fato de a Comissão de Licitação não cadastrar fornecedores ou atualizar seus dados cadastrais de forma que a toda nova licitação com o mesmo objeto seja convidado um novo fornecedor (§ 2º, art. 51 da Lei nº 8.666/1993);
- 10.1.19** Não foi apresentado provas de que a Comissão de Licitação vem efetuando o chamamento público, no mínimo anualmente, por meio de publicação na imprensa oficial e em jornal diário, visando à atualização dos registros existentes e ingresso de novos interessados. (§ 1º, art. 34 da Lei nº 8.666/1993);
- 10.1.20** Ausência de publicidade, em quadro de avisos ou meio eletrônico, das compras realizadas contendo informações quanto ao bem adquirido, nome do prestador e valor total da operação;
- 10.1.21** Irregularidades (não demonstração da fonte de origem de preços e não publicação do aviso de licitação em Diário Oficial e em jornal de grande circulação) relacionadas aos pregões n.º 01/2012, 02/2012, 03/2012, 05/2012, 07/2012 e às tomadas de preço n.º 005/2012 e 006/2012;
- 10.1.22** Pagamento de R\$ 403.000,00 a profissionais da saúde mesmo sem comprovação de compatibilidade de horários (restrição n.º 31 do Relatório Conclusivo n.º 72/2013-DICAMI);
- 10.1.23** Contratação de serviços de assessoria contábil mesmo com a existência de servidor (Técnico em Contabilidade) no Quadro de Pessoal da PM de Japurá;
- 10.1.24** Discrepância entre o quantitativo de servidores nomeados em cargo comissionados (8,64%) e contratados temporariamente (61,65%) face ao quantitativo de servidores efetivos (21,80%);
- 10.1.25** Nomeação de servidores para cargos em comissão ou função de confiança não relacionados à direção, chefia ou assessoramento;





**ACÓRDÃO Nº 10/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 10/2018 – TCE – Tribunal Pleno)**

- 10.1.26** Ausência de cópias das pastas funcionais de servidores contendo documentos pessoais, portarias de nomeação e exoneração, declaração de bens e valores atualizada, registro de férias, licenças e frequência em Livro-Ponto (restrição n.º 37 do Relatório Conclusivo n.º 72/2013-DICAMI);
- 10.1.27** Ausência de justificativas para lotação do servidor Edinilson Alves da Silva, professor, na Secretaria de Meio Ambiente e Turismo;
- 10.1.28** Ausência de fundamento legal para o pagamento da rubrica “PERICULOSIDADE” a vinte e dois servidores (restrição n.º 39 do Relatório Conclusivo n.º 72/2013-DICAMI);
- 10.1.29** Ausência de fundamento legal para o pagamento da rubrica “HORA EXTRA I” aos servidores Nelson Perez Cardozo e Ada Bernardo Papa e ausência de registro de ponto dos mencionados servidores;
- 10.1.30** Ausência de fundamento legal para o pagamento das rubricas “AJUDA DE CUSTO”, “AUXÍLIO MORADIA” e “COMPLEMENTAÇÃO DE SALÁRIO” ao servidor Sheila Guedes Medeiros;
- 10.1.31** Ausência de fundamento legal para o pagamento da rubrica “AJUDA DE CUSTO” aos servidores Francisco Guedes Lopes e Junior de Souza Caldeiras;
- 10.1.32** Não encaminhamento de processo de pensão do Sr. Mário Jorge Maciel Barbosa ao Regime Geral de Previdência Social;
- 10.1.33** Não encaminhamento de 195 contratações temporárias;
- 10.1.34** Acúmulo de cargos e funções (restrição n.º 49 do Relatório Conclusivo n.º 72/2013-DICAMI);
- 10.1.35** Ausência de declaração de acúmulo de cargos públicos na pasta funcional do Sr. Ediberto Ferreira dos Santos e ausência de suporte que confirme o cumprimento do art. 37, XVI, da CF/88;
- 10.1.36** Prática de nepotismo ao nomear os senhores Jonas Guedes Lopes (cargo de Assessor I), Maria de Jesus Guedes Lopes (cargo de Assessor I), Ronivon Lopes dos Santos (cargo de Chefe de Gabinete), José Orisvaldo Barbosa de Oliveira (cargo de Assessor V), Carlos Osmar Barbosa de Oliveira (cargo de Assessor V) e José Estevão Maciel Barbosa (cargo de Assessor IV), visto que há parentesco com o ex-gestor (Sr. Raimundo Guedes dos Santos), com o Vice-Prefeito à



**ACÓRDÃO Nº 10/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 10/2018 – TCE – Tribunal Pleno)**

- época, Sr. Mario Jorge Maciel Barbosa, e o com Secretário Municipal à época dos fatos, Sr. Antônio Barbosa de Oliveira;
- 10.1.37** Não comprovou o recolhimento de R\$ 1.241.738,42 a título de contribuição previdenciária ao INSS, descontado ao longo do ano de 2012;
- 10.1.38** Não comprovou o recolhimento de R\$ 61.651,85 a título de Imposto de Renda Pessoa Física, descontado dos servidores ao longo do ano de 2012;
- 10.1.39** Pagamento de juros e multa no valor de R\$ 2.452,36 quando recolhimento de cotas de contribuição previdenciária;
- 10.1.40** Pagamento de juros e multa no valor de R\$ 12.698,22 quando do recolhimento de PASEP;
- 10.1.41** Não apresentação de comprovantes de entrega de guia de recolhimento do fundo de garantia por tempo de serviço e informações a Previdência Social – GFIP;
- 10.1.42** Ausência de declarações de bens e valores atualizadas nas pastas funcionais dos secretários municipais, servidores efetivos, comissionados e contratados;
- 10.1.43** Ausência de informações (tais como admissão, exoneração, progressões funcionais) funcionais nos assentamentos de servidores efetivos, contratados e temporários;
- 10.1.44** Não apresentação de cópia dos processos de liberação de diárias concedidas em 2012;
- 10.1.45** Pagamento de diárias ao ex-gestor no valor de R\$ 69.000,00, correspondentes a 57,5% da remuneração anual, caracterizando remuneração indireta;
- 10.1.46** Ausência de comprovantes de meios de transportes (bilhete de passagem) em processos de liberação de diária;
- 10.2** **Aplicar multa**, com fundamento no art. 54, II, da Lei n.º 2.423/96 c/c art. 308, VI, do RI-TCE/AM, de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), ao **Sr. Raimundo Guedes dos Santos**, devido às irregularidades descritas no item 2 (com exceção aos subitens “L” e “N”) deste dispositivo;
- 10.3** **Aplicar multa**, com fundamento no art. 308, II, da Resolução n.º 04/02-TCE/AM, de R\$ 13.152,36 (treze mil, cento e cinquenta e dois reais e trinta e seis centavos) ao **Sr. Raimundo Guedes dos Santos**, em virtude do não encaminhamento de dados, através do sistema ACP, inerentes às competências de janeiro a dezembro de 2012;





**ACÓRDÃO Nº 10/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 10/2018 – TCE – Tribunal Pleno)**

- 10.4**      **Aplicar multa**, com fundamento no art. 54, VI, da Lei n.º 2.423/96 c/c art. 308, I, “b”, da Resolução n.º 04/02-TCE/AM, de R\$ 4.384,12 (quatro mil, trezentos e oitenta e quatro reais e doze centavos) ao **Sr. Raimundo Guedes dos Santos**, em virtude da não apresentação do Relatório Anual de Gestão do Conselho Municipal de Saúde à Comissão de Inspeção no momento da fiscalização *in loco*;
- 10.5**      **Aplicar multa**, com fundamento no art. 308, II, do RI-TCE/AM, de R\$ 4.384,12 (quatro mil, trezentos e oitenta e quatro reais e doze centavos), ao **Sr. Raimundo Guedes dos Santos**, devido ao encaminhamento intempestivo dos relatórios resumidos da execução orçamentária (1º ao 4º bimestres);
- 10.6**      **Aplicar multa**, com fundamento no art. 54, II, da Lei n.º 2.423/96 c/c art. 308, VI, do RI-TCE/AM, de R\$ 8.768,25 (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos) ao **Sr. José Elenildo da Silva Melo** (Engenheiro Civil, CREA N.º 14234-D/AM), devido às irregularidades relacionadas aos projetos básicos inerentes aos contratos n.º 030/2012-PMJ e 031/2012-PMJ, às restrições (ausência de diários de obra, laudos técnicos, pareceres técnicos e termos de recebimento provisório e definitivo) relacionadas à fiscalização de ambos os contratos, conforme descrito no item 2, subitens “A” e “B” da Proposta de Voto e à ausência de ART relacionada aos projetos básicos, aos orçamentos e às fiscalizações de ambos os contratos;
- 10.7**      **Em concordância com o voto destaque do Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva, aplicar individualmente multa**, com fundamento no art. 54, III, da Lei n.º 2.423/96 c/c art. 308, V, do RI-TCE/AM, no valor de R\$ 21.920,64 (vinte e um mil, novecentos e vinte reais e sessenta e quatro centavos) ao **Sr. Raimundo Guedes dos Santos e ao Sr. José Elenildo da Silva Melo** (Engenheiro Civil, CREA N.º 14234-D/AM), devido aos danos ao erário municipal descritos na Fundamentação da Proposta de Voto, bem como nos itens 10.8 e 10.9 a seguir enumerados;
- 10.8**      **Considerar**, com fundamento no art. 304, I, da Resolução n.º 04/02-TCE/AM, solidariamente **em alcance** o **Sr. Raimundo Guedes dos Santos, o Sr. José Elenildo da Silva Melo e a empresa Sigma Engenharia e Consultoria Ltda.**, tendo como Representante Legal o Sr. Fernando Oswaldo Cunha Filho;



**ACÓRDÃO Nº 10/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 10/2018 – TCE – Tribunal Pleno)**

- a) no valor de **R\$ 276.344,86** (duzentos e setenta e seis mil, trezentos e quarenta e quatro reais e oitenta e seis centavos), devido à não comprovação da execução do objeto do contrato n.º 30/2012-PMJ;
- b) no valor de R\$ 19.327,26 (dezenove mil, trezentos e vinte e sete reais e vinte e seis centavos), pertinente à inexecução de uma casa na comunidade Acanauí, objeto do contrato n.º 31/2012-PMJ;

**10.9 Considerar em alcance o Sr. Raimundo Guedes dos Santos** no valor de R\$ 1.908.442,68 (um milhão, novecentos e oito mil, quatrocentos e quarenta e dois reais e sessenta e oito centavos), devido à não comprovação dos seguintes gastos:

- a) No valor de R\$ 403.000,00 (quatrocentos e três mil reais) referente ao pagamento de profissionais da saúde que não atuavam no município (Restrição 31 do Relatório Conclusivo n.º 72/2013-DICAMI);
- b) No valor de R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais) referente ao pagamento irregular de pensão ao Sr. Mário Jorge Maciel Barbosa (Restrição 43 do Relatório Conclusivo n.º 72/2013-DICAMI);
- c) No valor de R\$ 1.241.738,42 (um milhão, duzentos e quarenta e um mil, setecentos e trinta e oito reais e quarenta e dois centavos) referente à não comprovação de despesas orçamentárias e extraorçamentárias (Restrição n.º 52 do Relatório Conclusivo n.º 72/2013-DICAMI);
- d) No valor de R\$ 61.651,85 (sessenta e um mil, seiscentos e cinquenta e um reais e oitenta e cinco centavos) referente à ausência de recolhimento do Imposto de Renda Pessoa Física – IRPF (Restrição 53 do Relatório Conclusivo n.º 72/2013-DICAMI);
- e) No valor de R\$ 2.452,36 (dois mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais e trinta e seis centavos) referente ao pagamento de multas de contribuições previdenciárias (Restrição 54 do Relatório Conclusivo n.º 72/2013-DICAMI);
- f) No valor de R\$ 12.698,22 (doze mil, seiscentos e noventa e oito reais e vinte e dois centavos) referente ao pagamento de multas do PASEP (Restrição 55 do Relatório Conclusivo n.º 72/2013-DICAMI);
- g) No valor de R\$ 69.000,00 (sessenta e nove mil reais) referente ao pagamento de diárias como remuneração indireta (Restrição 61 do Relatório Conclusivo n.º 72/2013-DICAMI);



**ACÓRDÃO Nº 10/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 10/2018 – TCE – Tribunal Pleno)**

- 10.10** **Conceder** prazo de 30 (trinta) dias para que haja o recolhimento dos valores da condenação aos cofres estaduais em caso de multa e aos cofres municipais em caso de despesas glosadas;
- 10.11** **Autorizar**, desde já, instauração de cobrança executiva em desfavor dos interessados, caso não haja recolhimento tempestivo dos valores da condenação, determinando à DICREX a atualização dos valores nos termos da legislação vigente;
- 10.12** **Determinar** à DICAD que verifique se as admissões descritas nos itens 32, 34, 44, 46, 47 e 48 do Relatório Conclusivo n.º 72/2013-DICAMI já são alvo de análise em feitos próprios e, caso não sejam, tome providências junto à Prefeitura Municipal de Japurá, para que sejam encaminhados documentos suficientes à autuação de processos visando ao julgamento de tais admissões;
- 10.13** **Determinar** ao DEATV que verifique se os convênios n.º 10/2012-SEPROR, 09/2010-Fundo Estadual De Saúde e 75/2012-SEDUC já se encontram em análise em feitos próprios e, caso não estejam, tome providências junto à Prefeitura Municipal de Japurá e aos órgãos concedentes, para que sejam encaminhados documentos suficientes à autuação de processos visando ao julgamento de tais transferências voluntárias;
- 10.14** **Notificar** os interessados e os causídicos constituídos a respeito do desfecho concedido a estes autos;
- 10.15** **Dar ciência** deste decisório ao douto Ministério Público do Estado do Amazonas, para que, se assim entender, tome as medidas pertinentes, à Câmara Municipal de Japurá a fim de aprecie, nos termos do art. 127, § 5º, da Constituição Estadual, o Parecer Prévio deste Tribunal de Contas e a atual gestão da Prefeitura Municipal de Japurá, de modo que adote as recomendações elencadas na Proposta de Voto, dando ênfase à concreta implementação de sistema de controle interno;
- 10.16** **Oficiar** o Colendo Tribunal de Contas da União a respeito dos achados de auditoria relacionados ao convênio SIAFI n.º 724091, cujo objeto se refere à construção de instalação portuária de pequeno porte no Município de Japurá, encaminhando-lhe cópias digitais, em mídia, do Relatório Conclusivo n.º 72/2013-DICAMI da Comissão de Inspeção-DICAMI.



**ACÓRDÃO Nº 10/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 10/2018 – TCE – Tribunal Pleno)**

- 11 - Ata:** 6ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.  
**12 - Data da Sessão:** 08 de Março de 2018.  
**13 - Especificação do quorum:** Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente em substituição), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva e Josué Cláudio de Souza Filho.  
**13.1- Auditor presente e Relator:** Mário José de Moraes Costa Filho.  
**14 - Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**  
Conselheiro-Presidente em substituição

**MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO**  
Auditor-Relator

**CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA**  
Procurador-Geral